

Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis

**Lei nº 3.035**  
**de 16 de março de 2017.**

**Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego (PEAD) e dá outras providências.**

**JOSÉ ADINAN ORTOLAN**, Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica criado o "Programa Emergencial de Auxílio Desemprego", de caráter assistencial visando proporcionar ocupação, qualificação, garantia de acesso aos direitos universais básicos, tais como educação, saúde, alimentação e renda à munícipes em estado de vulnerabilidade social, integrantes da população desempregada, por meio de atividades de qualificação profissional no Município de Cordeirópolis - SP.

**§ 1º** - O Programa de que trata esta Lei será de gestão compartilhada do Poder Executivo por meio de suas respectivas Secretarias e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria de Ensino Profissionalizante, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria da Mulher e Desenvolvimento Social e Secretaria de Serviços Públicos.

**§ 2º** - A participação do munícipe junto ao Programa "Emergencial de Auxílio Desemprego" (PEAD) em nenhuma hipótese configura vínculo empregatício com o Município de Cordeirópolis, tendo natureza de colaboração em caráter eventual, educativo e de bolsa-auxílio e sem vínculo de subordinação.

**Art. 2º** O Programa referido no artigo 1º desta Lei consiste na concessão mensal de bolsa auxílio desemprego, em duas fases distintas:

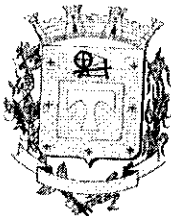
**I** - Fase de formação geral para o trabalho, envolvendo cursos teóricos de educação para o trabalho com temáticas de desenvolvimento pessoal e profissional, com duração de 15 horas semanais, durante dois meses, totalizando 120 horas,.

**II** - Fase de formação específica, envolvendo formação teórica e principalmente prática específica, no período de 30 horas semanais, sendo 24 horas de atividades práticas (estágio) e 6 horas de atividades teóricas específicas, durante 10 meses, totalizando 1200 horas.

**§ 1º** - A bolsa-auxílio para cada fase será a seguinte:

**I** - Fase de formação geral para o trabalho - R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, podendo ser pago no formato de cartão benefício.

continua



II - Fase de formação específica - R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensais.

§ 2º - Os benefícios de que trata o "caput" deste artigo não podem ser prorrogados para o mesmo beneficiário.

Art. 3º - As condições para adesão no Programa serão definidas mediante seleção e regulamentadas em Decreto, observados os seguintes requisitos:

- I - situação de desemprego comprovada,
- II - não possuir, o inscrito, renda de natureza alguma, excetuando-se programas sociais;
- III - residência, no mínimo, pelo período de 12 (doze) meses, no Município de Cordeirópolis;
- IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- V - preferencialmente atender um membro de cada família

§ 1º - A inscrição para participação no programa será amplamente divulgada e em locais descentralizados de fácil acesso,

§ 2º - No caso do número de matrículas superar o de vagas a preferência para a participação no programa será estabelecida mediante aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

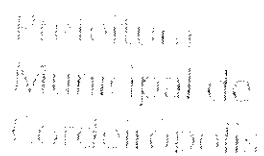
- I - maiores encargos familiares;
- II - mulheres arrimo de família;
- III - maior tempo de desemprego;
- IV - maior tempo de residência no Município de Cordeirópolis;
- VI - maior idade.

Art. 4º - A participação do munícipe no programa dar-se-á mediante inscrição.

§ 1º - A seleção dos beneficiários que passarão a fase II terá os seguintes critérios:

- I - Assiduidade
- II - Pontualidade
- III - Interesse demonstrado na fase I do programa
- IV - Disciplina
- V - Número de vagas disponíveis em cada grupo de formação específica.

§ 2º - A jornada de atividade de estágio do Programa na fase II será de 30 (trinta) horas semanais, não prorrogáveis, sendo 6 (seis) horas de curso de qualificação profissional, em horário estabelecido pela Administração Municipal.



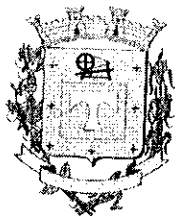
fls. 03

**Art. 5º** - A atividade a ser executada pelo munícipe participante do programa não poderá corresponder ao típico serviço público ou serviço permanente ao público e nem substituir mão de obra permanente. Deverá, ainda, promover retorno econômico-social à comunidade onde resida e elevação da autoestima do participante do programa.

- I - Manutenção elétrica
- II - Manutenção hidráulica
- III - Soldador
- IV - Pedreiro
- V - Instalador de revestimento cerâmico
- VI - Pintura
- VII - Paisagismo
- VIII - Instalação e manutenção de computadores
- IX - Digitalização e Organização de documentos
- X - Atendimento e telemarketing
- XI - Calceteiro e conservação de vias
- XII - Corte e costura
- XIII - Outras áreas de acordo com o perfil de desenvolvimento do município

**Art. 7º** - A participação do munícipe que já estiver no programa fica condicionada aos seguintes obrigações:

**V - Desenvolvimento de relações interpessoais positivas.**



Lei nº 3.035/2017

continuação

fls. 04

**Art. 8º** - Dar-se-á o desligamento do munícipe do programa nos seguintes casos:

- I - No não cumprimento de todas as obrigações de que trata o Artigo anterior.
- II - Caso a eventual situação de dependência química interfira no desenvolvimento do programa e o participante não aceite ajuda profissional ou de instituição habilitada.
- III - Encerramento ou redução do programa.

**Art. 9º** - As vagas que surgirem durante a execução do Programa, por desistência do Munícipe ou pela perda do direito à participação no programa, poderão ser preenchidas a qualquer tempo.

**Art. 10** - Deverá ser contratado seguro de acidentes pessoais para todos os participantes do Programa.

**Art. 11** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, mediante Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

**Art. 12** - Fica aberto na Contabilidade o valor de R\$ 2.000.000,00 no orçamento de 2017 na seguinte dotação: 06.01.00.11.331.1.1100000.3.3.90.48.00

**Parágrafo único** - Os créditos de que trata este artigo serão cobertos na forma prevista no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

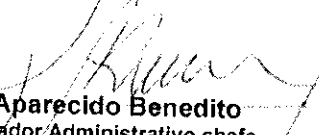
**Art. 13** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 16 de março de 2017, 119 do Distrito e 70 do Município.

  
**José Adinan Ortolan**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

  
**Marco Antonio Nascimento**  
Secretário Municipal de Administração

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria de Administração - Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 16 de janeiro de 2017.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo chefe  
Secretaria Municipal de Administração